


ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Aprovado em reunião do
Conselho Diretivo (Ata nº 7/2018)
datada de: 9. NOV. 2018
ASS:  Vitor Pataco
Presidente do Conselho Diretivo
DATA: 9. NOV. 2018

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Identificação: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP

Endereço: Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

Tutela: Educação

Regime Jurídico: Instituto Público

Regime Financeiro: Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

8.1.2 LEGISLAÇÃO

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio – Decreto Lei nº98/2011(revisto pelo Decreto Lei 132/2014).

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional efetiva está esquematizada sob a forma do organograma aposto no presente relatório. Ver Organograma

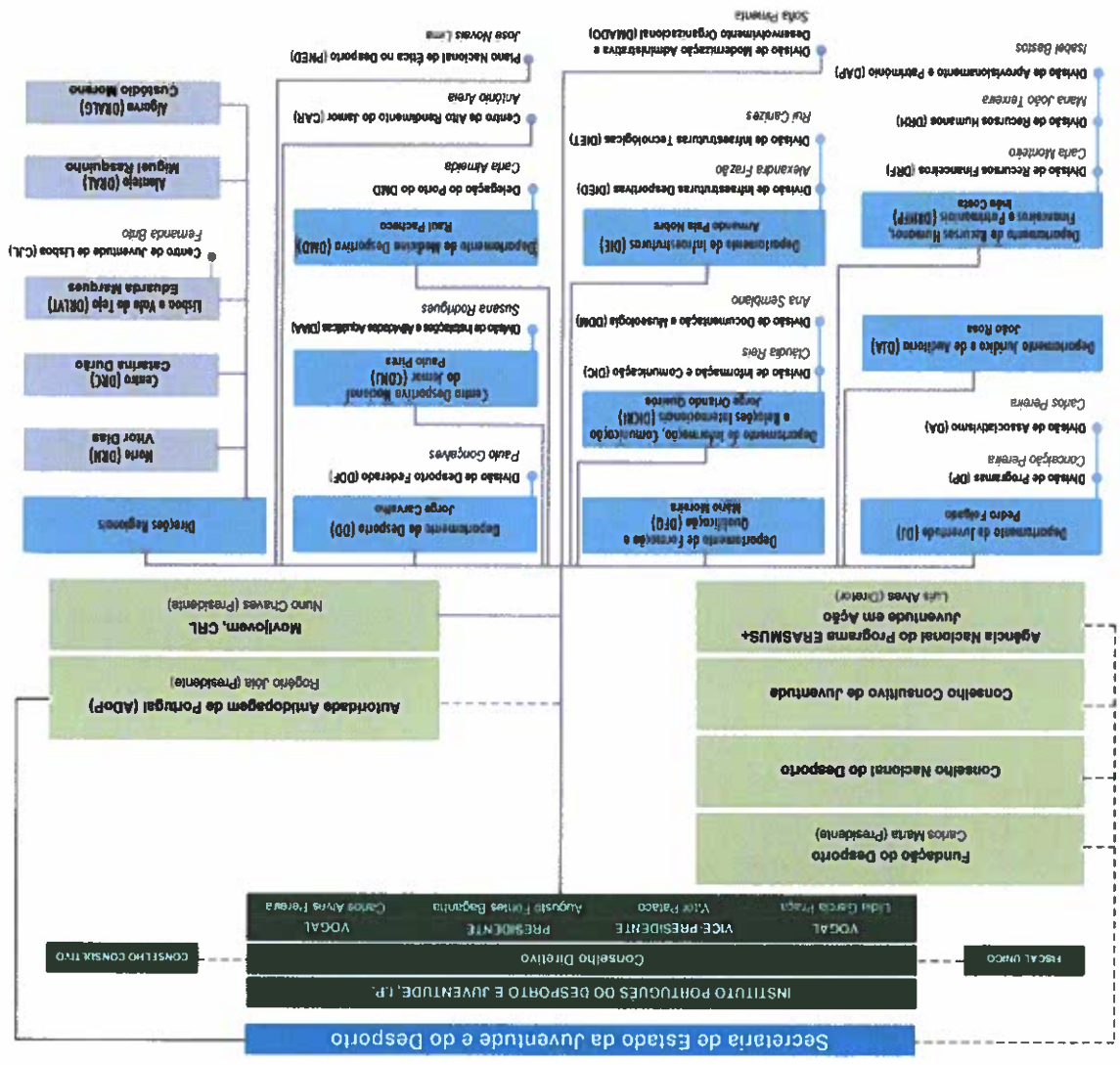
8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;
- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;

- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

Estrutura Organizacional



8.1.5 RECURSOS HUMANOS

- 1 — O IPDJ, I. P., é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por presidente, vice-presidente e dois vogais, respetivamente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus.
- 2 — É, também, órgão do IPDJ, I. P., o fiscal único.
- 3 — É, ainda, órgão do IPDJ, I. P., o conselho consultivo do IPDJ, I. P.

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2017 e 2016:

Cargo/Carreira/Grupo	2017	2016	2015
Dirigente Superior de 1º grau	1	1	1
Dirigente Superior de 2º grau	4	4	3
Dirigente Intermédio de 1º grau	15	14	15
Dirigente Intermédio de 2º grau	14	13	14
Técnico Superior	135	124	129
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal Administrativo	131	132	139
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	23	25	31
Informático	3	3	4
Pessoal de Investigação Científica	1	1	4
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico e Secundário	8	4	4
Médico	5	5	4
Enfermeiro	1	1	2
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	2	2	4
Avenças / Tarefas	99	56	74

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do IPDJ, IP encontra-se informatizada e centralizada na sua sede, quer no que se refere ao processamento, quer no que se refere ao arquivo da documentação.

O IPDJ, IP utiliza um sistema de contabilidade que se enquadra no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que a maioria dos movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo existe graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e receitas e os códigos de contas previstos no plano de contas do IPDJ, IP.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

8.2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da IPDJ mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência, da materialidade e no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade da IPDJ ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a fatos não ocorridos durante os exercícios de 2017 e de 2016.

8.2.2 VALORES COMPARATIVOS

As demonstrações financeiras anexas apresentam valores comparativos face ao ano anterior em todas as contas.

8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pelo IPDJ na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imobilizações corpóreas

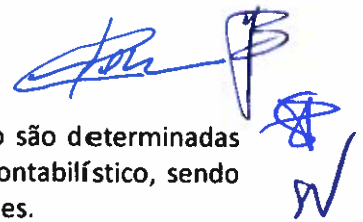
As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, em regime de quotas mensais, e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria nº. 671/2000 de 17 de Abril, e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	20
Equipamento básico	2 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.



Especialização dos exercícios

O IPDJ regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de “Acréscimos e diferimentos” incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que exista a possibilidade de uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Em termos de Investimentos Financeiros, esta rubrica expressa as participações Financeiras do IPDJ na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto. Refira-se que a participação na

orientados por uma empresa externa que presta apoio na contabilidade patrimonial. Em 2017, foi dada continuidade ao procedimento de inventariação, mas com os recursos internos que integravam o património do Instituto a 31 de dezembro de 2016.

Ao nível do Imobilizado Corpóreo registe-se que o IPDJ contratou os serviços de uma entidade externa (Deloitte) tendo em vista efetuar o levantamento e avaliação dos bens móveis (imobilizado corpóreo) Por sua vez as "Outras Imobilizações Corpóreas" dizem respeito ao projeto da Carta Desportiva.

No que diz respeito ao "Equipamento Básico" destacam-se diversos equipamentos para a ADOP.

As principais aquisições de Imobilizado Corpóreo ocorridas, no exercício em análise, verificaram-se nas rubricas "Equipamento Administrativo" e "Edifícios e Outras Construções". Relativamente ao Equipamento Administrativo, a maioria das aquisições disseram respeito a software, enquanto que ao nível dos "Edifícios e Outras Construções", estiveram relacionadas, essencialmente, com as infraestruturas do Complexo do Jamor. Ainda nesta rubrica assinala-se a contabilização de 2,2M Euros de empreitadas feitas pela Abb (alvo de um processo judicial que só em 2017 teve o seu término), e cujas faturas não tinham sido reconhecidas na contabilidade do IPDJ.

Ativo bruto		Rubricas	
Saldo final 31.12.2016	Saldo final 31.12.2017		
		Bens de domínio público:	
		Terrenos e recursos naturais	
		Edifícios e outras construções	
		Outras construções e infra-estruturas	
		Imobilizações incorpóreas:	
		Despesas de investigação e desenvolvimento	
		Propriedade industrial e outros direitos	
		Imobilizações corpóreas:	
		Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79
		Edifícios e outras construções	66 299 246,16
		Equipamento básico	13 112 381,20
		Equipamento de transporte	745 575,74
		Ferramentas e utensílios	10 665,90
		Equipamento administrativo	873 340,49
		Outras imobilizações corpóreas	556 106,34
		Imobilizações em curso de imob. corp.	61 802,58
		Adiantamentos por conta de imob. corp.	-
95 839 440,20	100 511 756,84		
		Investimentos Financeiros:	
		Partes de capital	5 700 090,23
		Obrigações e títulos de participação	-
		Outras aplicações financeiras	-
101 539 530,43	105 587 349,51		
4 714 297,68	4 714 297,68		
41 981,04	41 981,04		
(666 478,60)	(666 478,60)		
		Abates	
		Alienações e Regular	
		Transf's	
		Aumentos	
		Saldo final 31.12.2017	

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (FDTI), deixou de fazer parte do património do IPDJ, em virtude de a mesma ter sido extinta em 2012.

Na sequência da transmissão gratuita da participação social de 20% detida pela Associação dos Utentes de Pousadas de Juventude (AUPJ) em 2016, decorrente da dissolução e encerramento da liquidação da AUPJ, a Movijovem contabilizou a participação transmitida no seu capital próprio como ações próprias, pelo que em 2016 o IPDJ era o único detentor da Movijovem, detendo uma participação efetiva de 100%. Em 2017 foram admitidos dois novos Cooperadores, cada um com 10% dos Fundos da Movijovem, o que fez com que o IPDJ voltasse a uma participação efetiva de 80%.

Em face do exposto a rubrica de Investimentos Financeiros totaliza à data de 31.12.17 o valor global de 5.075.592,67 Euros discriminado pelas seguintes participadas:

- Movijovem 3.978.970,40 Eur
- Fundação da Juventude 644.710,51 Eur
- Fundação do Desporto 451.911,76 Eur

No que diz respeito aos movimentos ocorridos nas rubricas de amortizações/depreciações acumuladas merecem particular destaque os ajustamentos efetuados tendo por base a mudança de critério de cálculo para o regime duodecimal o que provocou um decréscimo das mesmas em 2.951.685 Euros. Em sentido contrário, e também em termos de regularizações foram lançados 1.021.020 Euros relativos aos bens provenientes do processo da ABB (faturas de 2009 a 2012).

O detalhe nesta rubrica evidencia-se no quadro seguinte:

Rubricas	Amortizações Acumuladas e Provisões				Saldo final 31.12.2017
	Saldo final 31.12.2016	Reforços	Abates e Alienações	Regul. e Transf's	
Bens de domínio público:					
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de Investigação e desenvolv.	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	23 481 517,57	2 968 439,81	-	-1 572 292,24	24 877 665,14
Equipamento básico	11 364 542,20	717 918,36	-	-225 216,41	11 857 244,15
Equipamento de transporte	626 640,26	61 396,54	-	-35 790,14	652 246,66
Ferramentas e utensílios	6 552,92	2 339,71	-	-337,35	8 555,28
Equipamento administrativo	648 282,63	388 815,15	-	-65 325,87	971 771,91
Outras imobilizações corpóreas	230 583,96	107 625,29	-	-31 816,12	306 393,13
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-
	36 358 119,54	4 246 534,86	-	(1 930 778,13)	38 673 876,27
	-	-	-	-	-
	36 358 119,54	4 246 534,86	-	(1 930 778,13)	38 673 876,27

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de 6.518.480,21 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados. Os restantes movimentos realizados nos “Resultados Transitados” resultaram, ao nível das diminuições, pela contabilização dos juros e amortizações acumuladas das faturas da ABB que estavam em processo judicial e que totalizaram 1.869.085 Euros. Ao nível dos aumentos, de verbas de jogo recebidas em Maio 2018 mas relativas ao ano de 2016 no valor de 686.812 Euros, que por não serem conhecidas não foram registadas nesse exercício.

Relativamente aos “Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas” a diminuição de 1.939.169 Euros relativa a 2017 foi na íntegra relativa a Movjovem.

Designação	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Resultado de Aplicação de	Saldo final 31.12.2017
Património	87 513 425,49		1 939 169,00	87 513 425,49	
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	3 395 201,24			1 456 032,24	
Resultados transitados	20 438 667,93	7 392 322,23	1 930 608,14	25 900 382,02	
Resultado líquido do exercício	6 518 480,21	14 008 890,68		(6 518 480,21)	128 878 730,43
	117 865 774,87	21 401 212,91	3 869 777,14		

Fundo Patrimonial

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

Apesar desta redução, a ação judicial interposta pela ABB, S.A. sobre uma empreitada realizada no Centro Desportivo do Jamor é a que continua a ter o maior peso no total das provisões contabilizadas. de determinar a probabilidade de ser favorável ao IPDJ foi constituída uma provisão pelo valor total.

Em 2017 e por força da resolução parcial do processo da ABB foram anuladas provisões para processos judiciais em curso de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo IPDJ e pelos seus advogados, no montante total de 1.080.202 Euros. Em todas as ações judiciais, nas quais fosse difícil

8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NA RUBRICA PROVISÕES

Entidade Participada	%	Valor	Capital próprio	Resultado líquido
Movjovem	80,0%	3 978 970	4 973 713	1 590 863
Fundação da Juventude	13,2%	644 711	n.a.	n.a.
Fundação do Desporto	40,9%	451 919	1 104 128	102 570
		5 075 601	6 077 841	1 693 433
Participação devida		Balanço da Entidade Participada		
		31.12.2017		

Em 2017 o IPDJ detinha as seguintes participações:

ENTIDADES, COM MENÇÃO DESSE EXERCÍCIO.

8.2.16 – DESIGNAÇÃO E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPADAS, COM INDICAÇÃO DA PARCELA DETIDA BEM COMO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS OU EQUIVALENTE E DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO EM CADA UMA DESSAS

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 117.865.774,87 Euros em 2016 para 128.878.730,43 Euros em 2017.

8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte discriminação:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Vendas		
Publicações e Impressos	34,90	25,47
Outras	322 360,66	490 512,02
	<u>322 395,56</u>	<u>490 537,49</u>
Prestações de serviços		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	264 631,29	265 536,24
Centro Desportivo da Lapa		
Centro Desportivo Nacional do Jamor	1 326 397,57	1 448 979,90
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	37 282,98	48 835,64
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	77 439,40	53 498,77
Complexo Desportivo de Lamego		
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	91 769,75	118 035,64
Direcção Regional do Alentejo	7 996,00	17 033,00
Direcção Regional do Algarve	6 638,39	6 620,84
Direcção Regional do Centro	25 201,48	63 101,15
Direcção Regional do Norte	17 076,11	57 588,33
Laboratório de Análises de Dopagem	144 254,95	170 413,22
Museu Nacional do Desporto	2 399,15	1 989,73
Outras prestações de serviços	552 620,07	500 240,48
	<u>2 553 707,14</u>	<u>2 751 872,94</u>
Impostos e Taxas		
Jogos Santa Casa	65 152 501,78	60 842 421,40
Bingo	2 872 912,67	1 971 244,70
Jogos Online	2 281 471,11	
	<u>70 306 885,56</u>	<u>62 813 666,10</u>
	<u>73 182 988,26</u>	<u>66 056 076,53</u>

8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custos e perdas			
6.8.1	Juros suportados	153,71	10 075,67
6.8.2	Perdas em entidades ou subentidades		
6.8.3	Amortizações de investimentos em imóveis		
6.8.4	Provisões para aplicações financeiras		
6.8.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
6.8.7	Perdas na alienação de apl. de tesouraria		
6.8.8	Outros custos e perdas financeiros		
		<u>153,71</u>	<u>10 075,67</u>
	Resultados Financeiros	<u>1 314 517,73</u>	<u>957 894,72</u>
		<u>1 314 671,44</u>	<u>967 970,39</u>
Proveitos e ganhos			
7.8.1	Juros obtidos		
7.8.2	Ganhos em entidades ou subentidades	1 314 671,44	967 970,39
7.8.3	Rendimentos de imóveis		
7.8.4	Rendimentos de participações de capital		
7.8.5	Diferenças de câmbio favoráveis		
7.8.6	Descontos de pronto pagamento obtidos		
7.8.7	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria		
7.8.8	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		<u>1 314 671,44</u>	<u>967 970,39</u>

Os “Outros Provetos e Ganhos Extraordinários” dizem respeito às transferências de capital obtidas relativamente aos projetos “Pista de Atletismo e Campo de Rugby” e “Carta Desportiva”, nos valores respetivos de 61 mil euros e 88 mil euros.

Neste exercício de 2017 foram também efetuados os ajustes às Provisões constituídas para processos judiciais em curso no valor de 1,080M Euros relativos essencialmente a processos com a Abb e com a FDTI.

Código das contas	Designação	31.12.2017	31.12.2016
6.9.1	Transferências de capital concedidas	-	175 444,84
6.9.2	Dívidas incobráveis	-	175 444,84
6.9.3	Perdas em existências	-	-
6.9.4	Perdas em imobilizações	-	-
6.9.5	Multas e penalidades	-	-
6.9.6	Aumentos de amortizações e provisões	1 609 932,10	347 487,47
6.9.7	Correções relativas a exercícios anteriores	1 609 932,10	175 444,84
6.9.8	Outros custos e perdas extraordinárias	1 609 932,10	522 932,31
Custos e perdas			
6.9.1	Restituição de impostos	68 799,32	60 052,91
7.9.2	Recuperação de dívidas	-	-
7.9.3	Ganhos em existências	-	-
7.9.4	Ganhos em imobilizações	-	-
7.9.5	Benefícios de penalidades contruais	-	-
7.9.6	Redução de amortizações e de provisões	1 080 202,59	313 223,99
7.9.7	Correções relativas a exercícios anteriores	311 274,78	149 655,41
7.9.8	Outros provetos e ganhos extraordinários	149 655,41	522 932,31
Provetos e ganhos			
Resultados Extraordinários		1 609 932,10	522 932,31

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

- Movimento 1.272.690,40 Eur
- Fundação do Desporto 41.981,04 Eur

Os “ganhos em entidades” dizem respeito à quota-parte dos resultados do exercício de 2017 das seguintes entidades:

8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Por decisão do Conselho Diretivo do IPDJ, e na sequência de recomendações do Fiscal Único foi decidido retificar a conta de gerência entregue em Maio, com alterações efetuadas essencialmente ao nível de movimentos de especialização do exercício.

Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve ainda ter-se em consideração os seguintes pontos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de impostos sobre rendimentos	1,10	1,10
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ ADSE		
Restantes impostos		
	<u>1,10</u>	<u>1,10</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de impostos sobre rendimentos	90 967,00	
Imposto sobre o valor acrescentado	124 687,12	17 850,21
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ ADSE	25 685,74	1 036,69
Restantes impostos		
	<u>241 339,86</u>	<u>18 886,90</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

composição:

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Outros Custos com Pessoal” é relativa quase na totalidade a gastos com Formação.

	31.12.2017	31.12.2016	VAR
Custos com pessoal	269 025,70	254 467,32	14 558,38
Remunerações dos órgãos directivos	6 898 769,70	6 942 748,88	(43 979,18)
Remunerações do pessoal	4 079,81	5 636,89	(1 557,08)
Pensões	1 655 272,90	1 669 622,01	(14 349,11)
Encargos sobre remunerações	172 528,39	20 899,05	151 629,34
Outros custos com o pessoal	8 999 676,50	8 893 374,15	106 302,35

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os custos com pessoal têm a seguinte composição:

CUSTOS COM PESSOAL

Os Acréscimos de Provetos relativos às receitas da Santa Casa da Misericórdia e do Bingo dizem respeito aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2017 que só irão ser recebidas e faturadas em 2018.

Nos Provetos Diferidos “Subsídios para Investimentos” está o valor relativo aos projetos da “Pista de Atletismo e Campo de Raguebi” e da “Carta Desportiva SAMA” respetivamente de 1.043.840,14 Euros e 176.506,13 Euros.

Designação	31.12.2017	31.12.2016
Acréscimos e diferimentos activos		
Acréscimos de provetos:		
Juros a receber	3 155 313,13	492 811,20
Subsídios à exploração	1 692 864,92	16 093 635,13
Receitas Jogos Online	15 270 306,80	16 586 446,33
Receitas Bingo	20 118 484,85	20 118 484,85
Receitas Santa Casa	20 118 484,85	16 586 446,33
Custos diferidos:		
-	-	-
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1 206 196,68	1 182 822,81
FT a receber 2016	229 278,31	262 044,28
Outros Custos	1 435 474,99	1 444 867,09
Provetos diferidos:		
Subsídios para investimentos	1 220 346,27	1 370 001,68
	1 220 346,27	1 370 001,68
	2 655 821,26	2 814 868,77

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>VAR</u>
Fornecimentos e Serviços Externos			
Electricidade	1 005 083,90	1 025 327,99	-20 244,09
Combustíveis	100 107,60	137 193,28	-37 085,68
Água	238 998,58	316 711,57	-77 712,99
Outros fluídos	345 780,79	373 677,91	-27 897,12
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido			0,00
Livros e documentação técnica	22 366,03	5 975,61	16 390,42
Material de escritório	57 084,61	48 812,06	8 272,55
Artigos para oferta	28 218,75	3 981,51	24 237,24
Rendas e alugueres	869 591,30	826 834,95	42 756,35
Despesas de Representação			0,00
Comunicação	259 290,45	662 511,87	-403 221,42
Seguros	177 377,80	176 449,74	928,06
Transportes de mercadorias	84 063,18	18 034,33	66 028,85
Deslocações e estadas	186 730,01	123 685,45	63 044,56
Comissões			0,00
Honorários	966 986,67	611 357,67	355 629,00
Conservação e reparação	998 237,57	1 173 755,95	-175 518,38
Publicidade e propaganda	395 744,70	47 378,77	348 365,93
Limpeza, higiene e conforto	938 624,88	1 029 760,02	-91 135,14
Vigilância e segurança	1 375 079,26	1 377 507,86	-2 428,60
Trabalhos especializados	1 370 090,66	2 021 805,75	-651 715,09
Outros fornecimentos e serviços	1 152 943,95	984 317,44	168 626,51
	<u>10 572 400,69</u>	<u>10 965 079,73</u>	<u>-392 679,04</u>

UP

 SW

OUTROS DEVEDORES E CREDORES

No âmbito da publicação do Decreto-Lei nº 98/2011 de 21set, foi aprovada a lei orgânica do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), como resultado da fusão e sucessão na totalidade das atribuições e competências, dos direitos e obrigações dos organismos: Instituto do Desporto de Portugal (IDP) e Instituto Português da Juventude (IPJ).

A fusão entre o IDP e IPJ foi dada como concluída a 18 de maio de 2012 com a publicação em Diário da República, 2.ª série — N.º 109 — 05 junho de 2012, através da Deliberação (extrato) n.º 765/2012, tendo sido no entanto a data 05 abril de 2012 apontada como o dia em que o IPDJ entrou em atividade.

Decorrente dos constrangimentos evidenciados na operação de fusão do IDP e IPJ (mera integração dos balancetes das entidades fundidas, não tendo sido objeto de certificação legal das contas), foram identificadas diversas inconsistências e divergências que não estão identificadas.




Assim, em 2015, como forma de obviar esta situação, optou-se por isolar na rubrica “Os Outros Credores – A Regularizar (Passivo)”, o conjunto de operações/movimentos não identificados (relacionados com o processo de fusão), não existindo ainda informações que permitam concluir definitivamente quanto à exigibilidade destes saldos e quanto à forma da sua regularização.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores relacionados ascendem a:

<u>Rubricas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
# 268911 - Caixa	71 079	71 079
# 268912 - Depósitos à Ordem	-491 907	-491 907
# 268913 - Depósitos no Tesouro	-448 347	-448 347
# 268922 - Fornecedores	-459 626	-459 626
# 268924 - Estado e Outros Entes Públicos	-334 226	-334 226
# 268926 - Cauções de Fornecedor	33 477	33 477
# 268927 - Acréscimos e Diferimentos	-3 577 604	-3 577 604
# 268942 - Imobilizado Corpóreo	28 339 586	28 339 586
# 268943 - Imobilizado Incorpóreo	1 097 356	1 097 356
# 268948 - Amortizações Acumuladas	-1 106 819	1 844 753
	<u>23 122 968</u>	<u>26 074 539</u>

Conta	Atual a 31/12/2016	Novo a 31/12/2016	Ajustamento
4822	23 481 517,57	20 888 205,16	-2 593 312,41
4823	11 364 542,20	11 139 439,16	-225 103,04
4824	626 640,26	590 850,12	-35 790,14
4825	6 552,92	6 215,57	-337,35
48261	567 367,82	563 261,48	-4 106,34
482621	48 698,95	13 564,99	-35 133,96
482622	32 215,86	6 130,29	-26 085,57
4829	230 583,96	198 767,84	-31 816,12
36 358 119,54	33 406 434,61	-2 951 684,93	

Lisboa, 7 de Novembro de 2018


 O Conselho Diretivo



Os movimentos efetuados em 2017 nesta rubrica, resultaram das correções na rubrica de amortizações/depreciações acumuladas pelos ajustamentos efetuados tendo por base a mudança de critério de cálculo para o regime duodecimal o que provocou um decréscimo das mesmas em 2.951.685 Euros.